

## **Percepções assimétricas**

*MARCELO DE PAIVA ABREU\**

Os próximos três meses serão marcados por crescentes pressões do governo dos Estados Unidos para que o Brasil altere suas posições quanto à Área de Livre Comércio das Américas. Entre 13 e 15 de maio próximos será realizada, em Belo Horizonte, reunião ministerial sobre a Alca. Na semana anterior ao início da reunião, o presidente Clinton visitará, entre outros países da América do Sul, o Brasil e a Argentina. A proximidade de datas é bom indicador da importância que o governo dos EUA dedica ao assunto. É certo que a Alca ocupará lugar importante na agenda de entendimentos do presidente norte-americano com o presidente Fernando Henrique Cardoso.

As discrepâncias entre Brasil e Estados Unidos abarcam a definição do cronograma de negociações e estabelecimento de resultados, os formatos que tais negociações poderão assumir e, potencialmente, a abrangência temática das negociações. A única definição até agora alcançada quanto a cronograma resultou da cúpula de chefes de Estado realizada em Miami, em dezembro de 1994. Fixa o prazo até 2005 para a conclusão das negociações para a constituição da Alca. Não há, portanto, nenhuma decisão ou consenso quanto ao início ou ao fim do período de instituição de resultados.

Os EUA desejariam, ou dizem desejar, o início do estabelecimento de resultados o mais cedo possível. São mais reticentes quanto ao prazo de constituição efetiva de uma área de comércio preferencial no hemisfério. Ao Brasil interessa utilizar plenamente a margem de manobra permitida pela decisão de Miami, pois, no entretanto, estará sendo consolidado o Mercosul, rumo à tarifa externa comum, sem listas de exceções e adequações. Além disso, poderão ser completadas negociações quanto a temas ainda pouco desenvolvidos, tais como serviços. Acordos com outras iniciativas de integração poderão ainda aumentar o escopo da área de comércio preferencial constituída em torno do Mercosul.

Quanto ao formato das negociações, a posição dos EUA, ao privilegiar o entendimento entre países, e não entre iniciativas de integração, não leva em conta os progressos alcançados no Mercosul e cria, automaticamente, dificuldades de conciliação de interesses potencialmente divergentes dos membros do Mercosul, em particular a Argentina e o Brasil. Ao Brasil interessa negociar em bloco não só para aumentar o poder de barganha, mas também para não reabrir as tortuosas negociações que levaram à atual trajetória de convergência do Mercosul para um mercado comum efetivo. Finalmente, os EUA privilegiam amplo leque de temas de negociação, algo que, em princípio, não interessa ao Brasil.

A posição brasileira é respaldada pela constatação de que metade de seu comércio é com economias fora do hemisfério. Há um contraste marcante com muitas das economias hemisféricas no Caribe e na América Central, com o Canadá e o México. As vantagens da integração em uma área hemisférica de comércio preferencial são, portanto, menores para o Brasil que para as economias com grande intercâmbio hemisférico. De fato, para economias como as do Brasil e da Argentina é difícil mostrar as vantagens de uma área de comércio preferencial, que inclua os EUA, sobre a liberalização multilateral. A liberalização hemisférica exporá a economia brasileira, em vista da variada capacidade de oferta dos EUA, à concorrência em um amplo leque de setores, sendo praticamente equivalente a uma liberalização multilateral. Mas, a liberalização preferencial hemisférica, quando comparada à liberalização multilateral, exclui, pela própria natureza, “concessões” de parceiros comerciais fora do hemisfério.

Há em segmentos do meio empresarial certa assimetria de percepções quanto a “custos” e “benefícios” da integração hemisférica. A expansão das exportações brasileiras para o hemisfério e, em particular, para os EUA é percebida com nitidez muito maior do que as consequências da concorrência das importações provenientes dos EUA no mercado brasileiro. Parece surpreendente tal entusiasmo empresarial, mesmo que localizado, quando confrontado às pressões pela reversão da abertura comercial que vem caracterizando a história recente da política comercial brasileira.

Desde a cúpula de Miami, à qual esteve presente como presidente eleito, o presidente Fernando Henrique Cardoso tem externado reservas até mesmo quanto ao realismo do cronograma acertado para 2005. Essa posição é reconfortante, pois antecipa que a diplomacia econômica brasileira tratará de defender “tempos e modos” compatíveis com o diversificado leque de interesses do País. Será necessária muita determinação para que prevaleça a posição brasileira, até mesmo para resistir a possíveis infidelidades no âmbito do Mercosul.

O presidente, ao explicitar reservas quanto à Alca nos termos propostos pelos EUA, não necessita, entretanto, usar como argumento a abertura comercial pretensamente rápida ocorrida desde o início da década e a feita de medidas complementares que a viabilizem. Esse é um terreno fértil para que prospere a estratégia dos que defendem o retomo a políticas de proteção exauridas já no final da década de 70. Em particular, a redução da proteção ao carvão nacional, objeto de comentários presidenciais, foi uma das maiores e mais suadas vitórias da racionalidade econômica no Brasil. A manutenção da obrigatoriedade da mistura de carvão nacional de baixa qualidade ao carvão importado teria consequências desastrosas sobre a capacidade competitiva da indústria siderúrgica brasileira. O custo de manutenção de cada emprego na indústria de carvão catarinense seria de justificação difícil diante de usos alternativos de recursos em uma sociedade, como a brasileira, marcada por grotesca desigualdade.

A resistência ao alinhamento aos EUA, quanto à integração hemisférica, deve ser dissociada de qualquer ideia de reversão da abertura comercial. O mercado brasileiro tem importância crucial para os EUA no projeto de integração hemisférica. Daí decorre o poder de barganha brasileiro para influenciar decisivamente cronograma, formato e abrangência das negociações.

\* Marcelo de Paiva Abreu é Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.